

A década perdida do desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro nos anos 2010

RESUMO

Helcio de Medeiros Junior
hmedeirosjunior@gmail.com
Instituto Pereira Passos. Rio de Janeiro.
Rio de Janeiro, Brasil.

Esta investigação procurou avaliar como evoluíram o desenvolvimento econômico e social no Rio de Janeiro ao longo dos anos 2010, seccionando a década segundo períodos que cobriram os momentos que antecederam (2010-2014) e se caracterizaram pela retomada da gestão neoliberal-neoclássica (2015-2019), alinhada ao modelo dependente-associado de dependência da periferia ao centro escolhido na mudança do arranjo capitalista no último quarto do século passado. Contribuíram para os resultados os modelos de crescimento adotados em cada um dos períodos que levaram a mudanças na política econômica implementada, no contexto da captura do Estado fluminense aos interesses do mercado e da ausência de planejamento governamental por parte do Executivo, o que impediu a geração de políticas públicas compensatórias. Observou-se que o processo sistêmico de (des)envolvimento alternou períodos disnômicos positivo e negativo, sendo os benefícios obtidos no primeiro período perdidos e/ou amplamente superados no segundo, levando a que ao final caracterizassem a década como perdida em termos sociais, mas não em termos econômicos, em razão do resultado positivo da acumulação de capital alcançada no âmbito do projeto social empresarial capitalista que privilegia a dimensão econômica e as classes que abrigam seus aliados políticos.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento econômico. Desenvolvimento social. Trabalho. Neoliberalismo. Rio de Janeiro.

1 INTRODUÇÃO

A trajetória econômico-social do Rio de Janeiro ao longo dos anos 2010 é marcada por influências devidas a níveis escalares distintos, como em qualquer território, mesmo que para alguns tenha natureza autárquica. A apreensão da realidade na qual se insere o território fluminense requer considerar que aspectos relacionados com as escalas global, do Estado-nação e urbana (SMITH, 1988) induziram, cada uma à sua maneira, evoluções e retrocessos que resultaram no que este exercício considera como década¹ perdida.

No que diz respeito à escala global, o sistema capitalista globalizado e hierarquizado em subsistemas (países) de centro (avançados, dominantes ou difusores) e periféricos (menos avançados, dominados ou subdesenvolvidos) evolui segundo os parâmetros determinados pelos primeiros, que se apropriam dos resultados apresentados na periferia para expandir seu próprio subsistema (PEREIRA, 1965). A dependência dos subsistemas (países) da periferia ao centro alimenta sua condição segundo a reprodução ampliada (MARINI, 2011), refletida nas trocas desequilibradas no comércio internacional e que levam ao desenvolvimento desigual das nações. Os parâmetros mencionados têm como propósito conferir ao mercado a prevalência das ações políticas, econômicas e sociais em detrimento da sociedade em geral, e para tanto os subsistemas de centro contam com organismos internacionais (Organização das Nações Unidas-ONU, Banco Mundial etc.) nos quais têm assento e poder de voto para defender seus interesses, em linha com premissas neoliberais. Tal ideário, de característica totalizante pró-mercado, influencia o sistema social por meio da captura do Estado (DURAND, 2019) com vistas a adequá-lo aos seus interesses a nível político (determinações supranacionais por órgãos internacionais, e penetrando em vários níveis das administrações públicas federal, estaduais e municipais), econômico (Consenso de Washington, reestruturação produtiva e política econômica) e ideológico (por meio de think tanks e de seus participantes na mídia impressa e televisiva). Quanto ao indivíduo, atua subjetivamente moldando o “neossujeito” competidor e empreendedor, avesso ao coletivo (DARDOT e LAVAL, 2016), cujas promessas de sucesso enebriam seu ego e justificam sua ausência em sindicatos e organismos representativos de classe.

O conjunto de influências derivadas da escala global alcança as escalas do Estado-nação e urbana, na medida em que as determinações político-ideológicas supranacionais cerceiam as ações dos países e ferem sua liberdade de determinar o próprio futuro, tendo em vista os limites aos quais estão sujeitos, levando os sistemas sociais subnacionais (estados e municípios) a constrangimentos que refreiam seu caminho natural. Na escala urbana fluminense, por seu turno, independentemente das influências mencionadas, sua formação histórico-social gerou problemas irresolutos de indiferença política e social das classes mais abastadas do núcleo mais avançado (capital) em relação ao interior do estado – menos aquinhado por recursos de naturezas diversas (LIMONAD, 1996; OLIVEIRA, 2008; MEDEIROS JUNIOR, 2019a) –, e que perpetua a desigualdade socioespacial.

¹ Para os fins deste estudo, tomou-se como referência a definição proposta pela Organização Internacional para Padronização por meio da ISO 8601, que considera os dez anos da década tendo início no ano 0 e término no ano 9. Assim, diferentemente da opção instrumental adotada em versão anterior (MEDEIROS JUNIOR, 2021), o ano 2010 foi considerado para a aferição do desenvolvimento econômico da década.

Do exposto se observa que, apesar das escalas espaciais serem distintas, são camadas (layers, na linguagem geográfica) que se interpenetram nos territórios e cada uma recebe a influência dos processos em curso, sendo estes, portanto, de natureza transescalar. Sua interferência de natureza conjuntural ou estrutural no território altera temporária ou definitivamente o envolvimento do sistema social multidimensional nele estabelecido, gerando um (des)envolvimento de natureza positiva ou negativa que ao final do processo resultará em ganhos ou perdas de bem-estar.

Assim, com o propósito de analisar as influências que os fatos políticos e econômicos vivenciados ao longo dos anos 2010 causaram ao envolvimento existente no sistema social fluminense, no âmbito dos eventos históricos transescalares de mesma natureza que representaram a adaptação do arranjo capitalista flexível-neoliberal (MEDEIROS JUNIOR, 2019c) no Brasil, esta investigação terá três seções além dessa introdução, sendo a segunda dedicada a aspectos teóricos sobre (des)envolvimento econômico e social, bem como ao material de que disporá e os métodos que utilizará; a terceira seção trará a análise dos indicadores e a quarta e última tecerá considerações acerca do que se examinou na seção anterior e sobre o porvir, uma vez que os anos 2020 começaram com um evento adverso que virá marcar sua evolução.

2 DESENVOLVIMENTO: PERSPECTIVA E ADJETIVOS

O estado do Rio de Janeiro é um sistema social único e de natureza multidimensional (social, política, econômica, cultural, ambiental etc.), caracterizado por um tipo social (DURKHEIM, 2007) cujos elementos evoluem no sentido de sua realização enquanto sociedade num estado de eunomia, instável por natureza, e no qual as determinações histórico-sociais essenciais se realizam (PEREIRA, 1965). Essa noção implica um determinado “envolvimento” psicossocial que se expressa em formas de pensar e agir, e quando uma ou mais dimensões sofrem modificações relevantes dão origem a um (des)envolvimento temporário na forma de um processo disnômico (positivo ou negativo), sem que seu tipo social se modifique (PEREIRA, 1965; MEDEIROS JUNIOR, 2019c). Dessa forma, o processo sistêmico que caracteriza o (des)envolvimento pode levar a que haja uma expansão ou encolhimento do sistema social multidimensional, que em termos quantitativos pode resultar em acréscimos (melhoria do bem-estar) ou decréscimos (perda de bem-estar).

O processo sistêmico de (des)envolvimento implica que em dado momento uma ou mais dimensões serão beneficiadas ou afetadas negativamente por políticas adotadas interna e/ou externamente ao sistema social, levando ao rearranjo da interação sistêmica com as dimensões que não foram alcançadas num primeiro instante, em direção a um novo estado de eunomia. Até que esse estado se estabeleça, as adequações multidimensionais do sistema em razão da perda ou melhoria do bem-estar ocorrerão sucessivamente, tendo em vista as reações da coletividade a partir de suas funções especializadas como resposta à nova correlação de forças. Uma vez que o “envolvimento” alcançado pelo sistema social no estado de eunomia se estabeleceu como resultado da suavização de conflitos de interesse e lutas de classe, ao longo de um processo de (des)envolvimento há tensões e disputas que virão redefinir os pesos das dimensões na interação sistêmica de maneira diversa à que havia no envolvimento anterior, haja vista que

mudanças numa dimensão geram movimentos sociais divergentes e/ou convergentes em outras dimensões que virão alterar a relação de forças pré-estabelecida, principalmente se o processo disnômico for negativo, no qual ocorra perda de bem-estar.

Para que o desequilíbrio temporário decorrente do processo disnômico não tencione em demasia o sistema social, políticas públicas propostas com base em planejamento governamental adequado às necessidades sociais vigentes, por meio de instituições organizadas para dar andamento e capacidade de realização às ideias poderão minorar a assimetria existente, uma vez que se basearão em elementos estruturais do sistema para corrigi-lo em direção ao novo envolvimento, ou estado de eunomia. Para tanto, o planejamento deve ser participativo e baseado em informações, contando em sua formulação com agentes representativos das dimensões beneficiadas e afetadas e tendo o Estado como coordenador do processo, como proposto no artigo 174 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2020) que determina que o planejamento é uma imposição para o poder público e de teor indicativo para o setor privado. Portanto, cabe ao Estado disponibilizar à sociedade os elementos (dados e informações, estudos, diagnósticos etc.) que permitam compreender as condições estruturais do sistema social, para que baseiem as proposições que atendam ao interesse coletivo.

Percebe-se, pois, do exposto anteriormente que o Estado é o agente responsável por planejar e induzir as ações do setor privado tendo por base uma estrutura institucional que favoreça a criação de políticas públicas, ao mesmo tempo corrigindo distorções e induzindo desequilíbrios com a flexibilidade requerida na ação planejadora, alinhada ao (des)envolvimento (LACERDA, 2023) e com vistas a um novo estado de eunomia. Sob o neoliberalismo, no entanto, que busca a prevalência do mercado (e não do Estado) no direcionamento do uso dos recursos disponíveis, ao se privilegiar de maneira particular dimensões que o mercado julga mais relevantes acaba-se gerando desequilíbrio sistêmico e disparidades sociais.

Tomando-se como exemplo as premissas neoclássicas convenientes ao ideário neoliberal para caracterizar a dimensão econômica do (des)envolvimento, o investimento gerado pela acumulação de capital (crescimento do produto) é a fonte e acumular com taxa de lucro atraente (em detrimento da taxa de salário) para distribuir posteriormente os frutos do crescimento seria a forma mais adequada, sendo, assim, uma dimensão centrada no aumento da riqueza na perspectiva mainstream. Entretanto, ao longo do tempo essa combinação de políticas só tem atendido ao interesse do projeto social empresarial capitalista e das classes sociais mais favorecidas, concentrando renda e gerando desigualdade. Como resultado do favorecimento a grupos específicos, a dimensão econômica promove a agudização dos conflitos de classe em vista do rearranjo de forças no sistema social em seu benefício, com particular influência nas dimensões social e política.

Por outro lado, a dimensão social do (des)envolvimento considera que seu propósito é a expansão das alternativas do indivíduo em escolher o que melhor lhe convém para que exerça sua cidadania, alargando suas possibilidades e conferindo-lhe maior liberdade. Esta dimensão, que possui maior relevância por ser a essência do sistema social, é em grande medida desconsiderada pela visão econômica neoliberal-neoclássica baseada na acumulação de capital obtida pelo

sistema produtivo e que não tem na distribuição dos ganhos acumulados um objeto de preocupação, motivo porque não criou ao longo do tempo opções para garantir à população em geral os direitos sociais básicos (saúde, educação, alimentação, participação política etc.) e a melhoria das condições sociais que proporcionem a existência digna (SANTOS et alli, 2012). De maneira alternativa à dominância econômica, a dimensão social enxerga o crescimento econômico como um meio (e não um fim) para a obtenção de recursos (mercadorias, serviços etc.) com vistas à expansão das liberdades (políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, transparência e segurança), que são o propósito do (des)envolvimento segundo Amartya Sen (SEN, 2020).

Já no que diz respeito à dimensão política anteriormente mencionada na perspectiva em exame, Celso Furtado (2004) considerava o desenvolvimento uma “metamorfose” (FURTADO, 2004, p. 484) do crescimento econômico ao se basear em um projeto social expresso em vontade política. Para que tal projeto exista, no entanto, uma vez reclamado pela sociedade deve ser abraçado pelo Executivo e reconhecido pelo Legislativo nas escalas apropriadas (Estado-nação e urbana subnacional), em meio à disputa entre classes sociais num ambiente de restrição orçamentária. No entanto, como se tem observado nas legislaturas anteriores e em curso em nível federal, alternativas de encaminhamento de propostas de interesse da sociedade pelo Executivo têm sofrido restrições do Legislativo que busca maior prevalência na distribuição dos recursos públicos. Tais práticas legislativas, nas quais falta transparência, desrespeitam dispositivos constitucionais e impedem que o processo de planejamento governamental tenha o devido encaminhamento com vistas ao (des)envolvimento.

Sendo os parlamentares atores político-burocráticos que defendem os interesses da classe política e podem sofrer influências inadequadas de corporações e grupos específicos, cujos interesses divergem daqueles inclusos em projetos do Executivo em benefício da população, sua atuação democrática pode estar sujeita ao atendimento de privilégios e benefícios reclamados por seus pares e agentes do mercado que não respeitam o interesse público e o bem-estar da maioria dos contribuintes. Às particularidades mencionadas, acrescente-se o poder discursivo-ideológico neoliberal que interessa às classes dominantes em seu exercício de poder, por meio midiático e com militantes de alto nível em think tanks que influenciam as diversas estruturas de poder, e se estabelece o processo de captura do Estado (DURAND, 2019) com vontade política (em termos furtadianos) que não se alinha a um projeto social coletivo, mas apenas particular. E assim, o conflito de classes presente nas pautas sem transparência eleitas pelo Congresso Nacional geram desequilíbrios no envolvimento existente entre as dimensões do sistema social.

Já quanto às influências políticas decorrentes da escala global, no que diz respeito à divisão internacional do trabalho a possibilidade de (des)envolvimento no Brasil é dificultada por sua participação na lógica de acumulação de capital no âmbito mundial como subsistema (país) capitalista periférico (menos avançado, dominado ou subdesenvolvido) subordinado aos subsistemas centrais (avançados, dominantes ou difusores) (PEREIRA, 1965), que se consolidou após a segunda guerra mundial (BAMBIRRA, 2015) e que implica que o desenvolvimento dos países de centro se dá à custa do subdesenvolvimento dos países periféricos. Em que pese a Teoria do Desenvolvimento ter considerado o subdesenvolvimento uma etapa (conjuntural) que ao final desaguaria no desenvolvimento alcançado pelos países

avançados, surgiram no cenário latino-americano na segunda metade do século XX teorias da dependência que consideraram a relação centro-periferia estrutural (e não um processo evolutivo), tais como a teoria marxista da dependência (TMD) (MARINI, 2011) e a versão weberiana proposta por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1981).

Quanto às ponderações e implicações político-sociais de cada uma das referidas teorias, para a teoria marxista da dependência (TMD) a expansão dos países periféricos só é possível no limite da expansão dos países de centro em razão do acesso desigual a seus mercados e da ausência de controle dos periféricos de seus recursos, exigindo como superação ações que promovam maior soberania interna em relação aos centros de decisão, ordenamento legal trabalhista que reequilibre a relação capital-trabalho e política econômica alternativa à neoliberal-neoclássica. Tais mudanças não se tornarão possíveis, entretanto, se o Brasil não romper com a escolha pela versão weberiana ou de capitalismo dependente-associado (CARDOSO e FALETTTO, 1981), que se baseia na articulação de grupos nacionais à dinâmica dos grupos dos centros dominantes com o propósito de firmar relações sociopolíticas que promovam políticas de desenvolvimento econômico. Tal alternativa, entretanto, ao ter internacionalizado a produção nacional e elevado a dominação externa do mercado doméstico (LUCAS, 2000), ampliou a dependência e a subordinação ao capital estrangeiro favorecendo, inclusive, a absorção das proposições do Consenso de Washington por ocasião da passagem de Fernando Henrique Cardoso pela presidência.

Em conjunto, as premissas da versão de capitalismo dependente-associado absorvidas por ocasião da mudança de característica do arranjo capitalista de fordista-keynesiano (HARVEY, 2003) para o flexível-neoliberal (MEDEIROS JUNIOR, 2019c) no último quarto do século XX desequilibraram a interação sistêmica e multidimensional, com prevalência do projeto político com foco na dimensão econômica em detrimento da social. Dessa forma, para que o (des)envolvimento econômico neoliberal-neoclássico não agudize ainda mais as tensões e conflitos existentes no sistema social, não só os parâmetros do projeto devem mudar como a dimensão social precisa ser contemplada na política econômica praticada.

Considerando-se as ponderações relativas às dimensões abordadas anteriormente, se pôde observar o quão imbricadas estão no planejamento das ações que levam ao (des)envolvimento. Neste esforço investigativo, entretanto, em que pese a natureza multidimensional do sistema social a partir da qual se adjetiva o (des)envolvimento que se deseja expor, tratar ou ao qual referir-se por algum motivo julgado relevante, nas subseções seguintes as dimensões consideradas, ou “pontos de reparo” nos termos de Luiz Pereira (1965, p. 10), serão a econômica e a social, e dessa forma há que se definir a priori como se lhes considera e a forma como serão tratadas.

2.1 Desenvolvimento Econômico

O (des)envolvimento qualificado como econômico é comumente relacionado à existência de alterações positivas de natureza qualitativa no bem-estar da população a partir do crescimento econômico (acumulação de capital, de natureza quantitativa e expressa pelo aumento do volume de produção de bens e serviços) que foi gerado, e que é distribuído para toda a população. Nesta perspectiva,

neoclássica, a geração de riqueza social está sujeita à acumulação de capital, o lucro é a fonte para o investimento, o mercado livre o regulador do processo de acumulação e a distribuição dos ganhos decorrentes da elevação da produtividade se dá por meio do aumento dos salários reais. Apesar dessa formulação insinuar que a população em geral – e trabalhadora em particular – é beneficiada pelos frutos do crescimento econômico, a concentração da renda no topo da distribuição dos rendimentos medida ao longo do tempo por indicadores específicos (Índice de Gini, razão 10/40 etc.) desmente, haja vista que os ganhos não são distribuídos e apropriados de maneira a beneficiar em maior medida o trabalho como fonte da riqueza e da acumulação de capital.

O lucro obtido no processo produtivo como origem do investimento é um excedente cuja natureza tem uma conotação específica na perspectiva produtivista neoclássica do bem-estar, mas é objeto central para a perspectiva marxiana em sua análise das relações sociais de produção. Para essa, a força de trabalho vendida pelo trabalhador ao capitalista no exercício das tarefas acordadas contra o pagamento de salário produz bens e serviços cujo valor de troca é superior à soma dos valores da força de trabalho empregada e dos meios de produção utilizados, resultando essa diferença na mais-valia que é apropriada pelo empregador. Dessa forma, o capitalista obtém o excedente que investe na acumulação de capital do esforço laboral da força de trabalho contratada, e para tanto se vale de estratégias para mantê-lo em nível compatível com seus interesses (taxa de lucro atraente) ou aumentá-lo, superexplorando a força de trabalho (MARINI, 2011).

Os meios pelos quais alcança seu intento de manter ou elevar a taxa de lucro são a ampliação (por intensidade ou extensão) da jornada de trabalho, a obtenção de maiores ganhos na produção por trabalhador (produtividade) devido a mudanças técnicas poupadoras de trabalho nos meios de produção utilizados (máquinas, processos etc.), e/ou do aumento da capacidade produtiva da força de trabalho (qualificação) sem acréscimo proporcional no salário. Neste particular, o projeto social empresarial capitalista se vale do discurso ideológico neoliberal subjetivo da competitividade, empregabilidade e empreendedorismo de si mesmo do “neossujeito” (DARDOT e LAVAL, 2016) para pressionar a força de trabalho no exercício de suas atividades, e na ocasião em que o empregador demanda trabalho com vistas à obtenção de maior produtividade, tendo como apoio o exército industrial de reserva de desempregados ofertantes de trabalho.

Em acréscimo, enquanto classe os empresários exercem seu poder de persuasão atuando politicamente junto a instâncias nas quais têm influência para a realização de acordos que lhes favoreçam (redução de custos), lutando pela desregulamentação das leis trabalhistas e a implantação de reformas, forçando a fragilização de sindicatos e/ou advogando pelo abandono de um piso legal (salário-mínimo), e assim angariando recursos que deveriam ser direcionados a ações sociais com vistas a combater a desigualdade que seus interesses promovem. O conjunto das iniciativas empresariais mencionadas, por seu turno, costumam ser acolhidas e postas em prática por governos que não têm o trabalho como referência para a promoção das liberdades e da dignidade humana, causando danos ao envolvimento pretérito e problemas sociais.

Em termos instrumentais, o indicador normalmente adotado para avaliar o bem-estar da população e que será utilizado nessa investigação, o Produto Interno Bruto per capita (PIB ou renda per capita) representa em média a renda gerada em

um determinado espaço geográfico pelos residentes. Esse indicador tem sido criticado (SEN, 2020; HICKS e STREETEN, 1988) por não refletir o que se propõe, em benefício da utilização de medições alternativas que expressem as condições sociais que devam ser atendidas pelo aumento da acumulação de capital. Por essa razão, e tendo em vista a relação dialética entre políticas econômicas (para o crescimento do PIB) e sociais (com vistas ao bem-estar), Dunford (1996) propôs a manipulação algébrica do indicador com o intuito de decompô-lo e avaliar a importância de cada parcela, já que o PIB (ou renda) per capita é a multiplicação do produto por trabalhador pela participação da população no processo produtivo, como a seguir:

$$\frac{PIB}{Pop} = \left(\frac{PIB}{Emprego} \right) \left(\frac{Emprego}{Pop} \right) \quad (1)$$

onde: PIB = Produto interno bruto a preços de mercado; Pop = população residente, e; Emprego = número de pessoas ocupadas, abrangendo todas as categorias de ocupação. Se o primeiro termo da equação depende das características do processo produtivo e das especificidades da força de trabalho utilizada na produção, o segundo se relaciona a aspectos sociais que Sanchez (1994) denominou de "taxa de ocupação da população total".

Ainda quanto à natureza de cada termo, o primeiro representa o produto por trabalhador (proxy da produtividade do trabalho) e o segundo a utilidade do trabalho, ou a fração dos residentes que contribuiu para o processo produtivo. Se os termos de (1) estiverem expressos como taxas de variação, sua soma representa a taxa de variação do PIB (ou renda) per capita, e este pode se elevar (ou reduzir-se) se: a) *ceteris paribus* (tudo mais constante), os trabalhadores tornaram-se mais produtivos (improdutivos); b) *ceteris paribus* (tudo mais constante), a participação do trabalho na população cresceu (caiu), ou; c) o crescimento (decréscimo) de um dos componentes compensou o decréscimo (crescimento) do outro.

2.2 Desenvolvimento Social

O (des)envolvimento social é um conceito em constante evolução, e dessa forma carece de uma definição mais precisa. Para Fernandes (1979), sociologicamente se relaciona ao aumento das interações em uma sociedade determinada em linha com o desenvolvimento cultural, “e abrange os aspectos dinâmicos das alterações da estrutura, da organização e dos mecanismos de controle de dado sistema social” (FERNANDES, 1979, p. 316-317) num determinado período. Já para Rodrigues (1991) representa “o grau de justiça social, ou seja, a forma pela qual os resultados do desenvolvimento econômico são apropriados em benefício da sociedade como um todo, ou frações dela” (RODRIGUES, 1991, p. 75), por considerar que a finalidade do desenvolvimento é atender às necessidades das pessoas. Por sua vez, Lampreia (1995) propôs que a redistribuição de renda e maior justiça social fossem alcançadas por meio de políticas sociais promotoras de desenvolvimento econômico, emprego e trabalho, reconhecendo a relação dialética entre o econômico e o social observada por Dunford (1996). Tal concordância tem por premissa que a ausência de emprego afeta a reprodução da população devido à incerteza quanto ao presente e futuro,

com piora na integridade pessoal e social (SZMRECSÁNYI e SOUZA, 1980), tendo, pois, alto custo social.

Em concordância com as preocupações de Dunford (1996), Casagrande, Fernandes e Bonotto (2004) propuseram indicadores com o uso de registros administrativos, que ao não se basearem nas diferentes características do mercado de trabalho foram criticados por Medeiros Junior (2014) em benefício do uso das variáveis captadas por intermédio de pesquisas domiciliares do IBGE, cuja adaptação deu origem às três medidas seguintes:

$$\text{Taxa de desperdício de recursos humanos} = \frac{PD}{\text{População}} \times 100 \quad (2)$$

em que PD refere-se ao número de pessoas desocupadas, que comparadas à população residente representa o custo em termos de trabalhadores que a sociedade está se permitindo dispensar;

$$\text{Taxa de mobilização de recursos humanos} = \frac{PO_{cc}}{\text{População}} \times 100 \quad (3)$$

em que PO_{cc} representa o número de pessoas ocupadas com carteira de trabalho, que comparado à população indica a parcela dos empregos de qualidade socialmente reconhecida que sustentam a população total, e;

$$\text{Coeficiente de empregabilidade} = \frac{PO_{cc}}{PFT} \quad (4)$$

em que PFT é o número de pessoas na força de trabalho, sendo esta razão a expressão da capacidade da força de trabalho em ocupar empregos com carteira.

Em acréscimo, Medeiros Junior (2014) sugeriu a inclusão do coeficiente de dependência proposto por Sanchez (1994), como abaixo:

$$\text{Coeficiente de dependência} = \frac{PD + PFFT}{PO} \quad (5)$$

para medir o peso que os ocupados suportam ao produzirem bens e serviços para a sociedade, uma vez que as parcelas do numerador representam trabalhadores em idade ativa que não estão produzindo por alguma razão, na condição de desocupados (PD) ou fora da força de trabalho (PFFT).

2.3 Material e métodos

Com vistas a avaliar as condições de desenvolvimento econômico e social ao longo dos anos 2010 no estado do Rio de Janeiro: a) as informações relacionadas ao PIB a preços correntes e ao volume do Valor Adicionado Bruto (VAB) irão até o ano de 2019 e terão por base as estimativas do projeto de Contas Regionais do IBGE; b) os indicadores sociais serão obtidos a partir das informações dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE, e; c) os dados sobre população terão como referência as estimativas enviadas pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União relativas ao período 2001-2020.

Quanto às variações do desenvolvimento econômico e tendo em vista que o segundo termo de (1) se relaciona a variáveis reais, para que se obtivessem estimativas das variações reais do primeiro termo, relativo ao produto por trabalhador, a variação nominal do PIB per capita foi ajustada à variação dos preços por intermédio do índice de preço do Valor Bruto da Produção das atividades econômicas, disponibilizado pelo projeto de Contas Regionais do IBGE.

Já quanto aos anos 2010, foi segmentado em dois períodos de mesma duração (2010 a 2014 e a partir de 2015 até 2019), sendo que no ano de 2014 teve início a mais recente recessão econômica (com término em 2016) de acordo com a delimitação do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace), seguida por crise econômica e política que alcançou o final da década e ainda perdura. Dessa forma se poderá observar os efeitos dos eventos históricos em termos econômicos e sociais em cada um dos períodos segundo o que neles ocorreu.

3 MAIS UMA DÉCADA PERDIDA

O estado do Rio de Janeiro (RJ) era a segunda maior Unidade da Federação (UF) do Brasil em 2019 e responsável pela geração de 10,6% (R\$ 779,9 bilhões, Tabela 1) do PIB brasileiro (R\$ 7,4 trilhões), participação que já foi maior e tem oscilado em torno deste valor há algum tempo, e que o posiciona abaixo da liderança de São Paulo (SP) desde o primeiro terço do século passado.

Apesar de sua maior cidade ter sido capital do Brasil por quase 200 anos, contando ao longo desse tempo com elevado volume de recursos, não se viu por parte dos gestores públicos iniciativas para a criação de alternativas de geração de renda e desenvolvimento local para quando deixasse de ser o centro político da nação, algo que já havia sido antecipado desde a Constituição de 1891 (e seguintes), bem como tal condição não contribuiu para dinamizar o entorno metropolitano a ponto de os sistemas sociais municipais se desenvolverem sem a dependência que sempre demonstraram e ainda existe. Após a transferência da capital para Brasília em 1960 e a fusão entre o estado da Guanabara e o antigo estado do Rio em 1975, esperava-se que a exemplo de SP uma maior interiorização ocorresse e as desigualdades socioeconômicas territoriais se reduzissem, mas o que se viu foram tentativas saudosistas de volta ao passado tutelado (MEDEIROS JUNIOR, 2024b).

Sem demonstrar compromisso explícito com o futuro, e tratando a coisa pública de maneira patrimonialista e pouco democrática, o RJ teve governadores impedidos em razão da captura do Estado (DURAND, 2019) por agentes do mercado que se serviram do orçamento público, e por meio de racionalização administrativa abriu mão de seu órgão estadual de estatística (OEE), o que comprometeu o planejamento governamental e a proposição de políticas públicas (MEDEIROS JUNIOR, 2024a). Em vista do orçamento deteriorado o RJ entrou em processo de recuperação fiscal sob acompanhamento federal e não conta com a possibilidade de gerar políticas sociais anticíclicas para minorar a crise em que se encontra, bem como não atende à determinação constitucional de realizar o planejamento com base em evidências científicas (informações), já que não possui estrutura organizacional (OEE) que permita.

Assim, a longa estabilidade mencionada no início dessa seção sugere que o RJ tem evoluído em grande medida de acordo com o comportamento nacional e

não tem alternativa para superar as determinações da política econômica oriundas da escala Estado-nação e seu alinhamento às injunções político-ideológicas da escala global do centro (subsistemas/países avançados, dominantes ou difusores) para a periferia. Assim como SP (31,8% do PIB brasileiro em 2019) o RJ é um ente subnacional periférico, mas ao contrário dele um estado estagnado devido às suas próprias escolhas.

Em razão das características político-regionais mencionadas, a orientação neoliberal da política econômica adotada pelo governo federal levou a que em 2015, a despeito de a economia brasileira ter entrado em recessão no ano anterior, se aplicassem medidas de cunho contracionista que reduziram a atividade econômica (produto) e o emprego para disciplinar os preços, conforme preceituam o Regime de Metas de Inflação (RMI) e o Novo Consenso Macroeconômico (NCM). Apesar das promessas de retomada rápida dos responsáveis pelas medidas, o PIB fluminense acumulou queda entre 2015 e 2019 (-6,5%, Tabela 1) em contraposição à elevação alcançada entre 2010 e 2014 (+11,1%), que foi obtida em razão da política econômica ter privilegiado a acumulação de capital intensiva em trabalho (LOBO, ANZE e PATEO, 2019) e se valido da capacidade de distribuição de renda do mercado de trabalho, um exemplo de projeto social decorrente da vontade política do governo federal.

Tabela 1 - Produto interno bruto a preços de mercado, produto interno bruto *per capita*, produtividade do trabalho e utilização do trabalho no estado do Rio de Janeiro - 2010/2014/2019

Indicadores	2010	2014	2019
Produto interno bruto a preços de mercado (1)	449.858	671.077	779.928
<i>Variação do índice de volume (2) (%)</i>	-	(3) 11,1	(4) -6,5
Produto interno bruto <i>per capita</i> (R\$)	28.127	40.767	45.174
Produtividade do trabalho (R\$)	62.904	89.206	103.117
Utilização do trabalho (%)	44,72	45,70	43,81
<i>Variação (%)</i>			
Produto interno bruto <i>per capita</i> (R\$)	-	(3) -1,3	(4) -2,7
Produtividade do trabalho (R\$)	-	(3) -1,8	(4) -1,9
Utilização do trabalho (%)	-	(3) 0,5	(4) -0,8

Fonte: IBGE, Contas regionais do Brasil, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Notas: (1) R\$ milhões; (2) Valor adicionado bruto; (3) 2010-2014; (4) 2015-2019.

Em acréscimo, no período 2015-2019 contribuiu para o resultado negativo a crise política fluminense decorrente da captura do Estado (MEDEIROS JUNIOR, 2019b), que acrescida de medidas tais como a entrada em vigor do Teto de gastos em 2016 (Emenda constitucional nº 95) e da Reforma trabalhista em 2017 levaram a que a retomada de resultados positivos para a atividade econômica no pós-recessão só se tornassem realidade em 2018-2019, às vésperas do advento da pandemia de Covid-19.

3.1 Desenvolvimento econômico: estagnação e perda de bem-estar

O crescimento econômico acumulado apurado a partir do volume do VAB fluminense entre início e fim dos anos 2010 foi positivo (+3,8%) graças aos efeitos defasados da política econômica praticada na primeira década do século em curso, mas que não impediu a queda do PIB per capita acumulado de -2,1%, configurando-se dessa forma a perda de bem-estar para a população, demonstrando que os ganhos obtidos com a acumulação de capital não favorecem necessariamente a melhoria das condições sociais, como a perspectiva produtivista neoliberal-neoclássica costuma supor. Ao se decompor a variação da renda per capita (DUNFORD, 1996; MEDEIROS JUNIOR, 2017) em produtividade do trabalho e utilização do trabalho, por outro lado, observou-se que a redução da produtividade (-1,8%) superou em muito a queda da contribuição da população ao processo produtivo (-0,3%).

Quando se verifica, entretanto, o comportamento das mesmas variáveis segundo os períodos propostos neste estudo (2010-2014 e 2015-2019), se constata com mais clareza os efeitos do modelo de crescimento adotado em cada um expresso na política econômica praticada pelo governo federal. No período 2010-2014 (Tabela 1), no qual a variação acumulada do PIB foi positiva e na maioria dos anos a política econômica foi favorável ao crescimento do produto e do emprego, a elevação da utilização do trabalho (+0,5%) minimizou as reduções da produtividade do trabalho (-1,8%) e da renda per capita (-1,3%), devidas à evolução dos preços e das medidas restritivas que levaram à recessão.

O resultado positivo obtido com a participação da população no processo produtivo foi graças ao crescimento inclusivo dos anos 2000 iniciado em 2004 (VERGNHANINI, 2018), e que devido às defasagens existentes entre produção e geração de emprego se estendeu até 2013 segundo Baltar, Souen e Campos (2017), cujas características mais marcantes foram: a) o crescimento do emprego formal em ritmo superior ao das pessoas ocupadas; b) a diminuição do ritmo de crescimento da força de trabalho que permitiu que a ocupação absorvesse parte do contingente de desempregados, e, c) mudanças na dinâmica demográfica que adiaram a entrada dos jovens no mercado de trabalho (BALTAR, SOUEN e CAMPOS, 2017, p. 4). Em adição, o RJ que já havia realizado os Jogos Pan-Americanos de 2007 e sediou os Jogos Mundiais Militares de 2011, se favoreceu de elevado volume de investimentos para a realização da Copa do Mundo (2014) e das Olimpíadas de 2016, o que incrementou o crescimento econômico no período.

Já na quadra seguinte (2015 e 2019), durante a qual se presenciou a retomada da política econômica neoliberal em 2015, se repetiram as reduções da renda per capita (-2,7%) e da produtividade (-1,9%), desta vez acompanhadas da diminuição da utilização do trabalho (-0,8%), resultado esperado a partir do círculo vicioso iniciado em 2011 (VERGNHANINI, 2018) nocivo ao trabalhador e benéfico ao capital (financeiro, em particular, que comprometeu o produto e destruiu empregos), e que contou em acréscimo com as influências da mudança da legislação trabalhista (2017) e da crise política do Estado fluminense, que em razão de sua captura hipotecou o orçamento público aos interesses privados, o que levou ao impedimento sucessivo de dois governadores (PODER360, 2020).

3.2 Desenvolvimento social: retrocesso

Os resultados do (des)envolvimento econômico fluminense entre 2010 e 2019 e sua decomposição ganham novos contornos quando comparados ao (des)envolvimento social dos anos 2000. Como mencionado anteriormente, se espera que os frutos do desenvolvimento econômico beneficiem a sociedade em geral (RODRIGUES, 1991), mas isso não acontecerá se a política econômica não privilegiar a geração de empregos e a redução das disparidades sociais (LAMPREIA, 1995), bem como alterar a estrutura e desorganizar os mecanismos de controle do sistema social por meio de reformas (FERNANDES, 2019) que não atendam aos interesses da população, revertendo a melhoria de bem-estar em um momento de retrocesso histórico, como ocorreu no período 2015-2019.

A partir dos indicadores de (des)envolvimento social foi possível examinar sua evolução segundo a mesma periodização adotada quanto ao crescimento e (des)envolvimento econômicos e, com vistas à contextualização do início da década em exame adicionou-se o ano 2000, para que se tornassem mais claros os ganhos obtidos com o modelo de crescimento inclusivo que vigorou na maior parte da primeira década do século XXI. O expressivo (des)envolvimento social alcançado no RJ fica claro a partir das informações constantes da Tabela 2, seja quanto à melhoria dos indicadores de recursos humanos que são comparados à população residente (desperdício e mobilização) ou aos oriundos das variáveis do mercado de trabalho (empregabilidade e dependência).

Tabela 2 - Taxa de desperdício de recursos humanos, taxa de mobilização de recursos humanos, coeficiente de empregabilidade e coeficiente de dependência no estado do Rio de Janeiro - 2000/2010/2014/2019

Indicadores de desenvolvimento social	2000	2010	2014	2019
Taxa de desperdício de recursos humanos (%)	8,09	4,15	3,05	7,53
Taxa de mobilização de recursos humanos (%)	20,04	23,96	23,29	18,19
Coeficiente de empregabilidade	0,476	0,490	0,478	0,354
Coeficiente de dependência	1,15	0,94	0,85	0,94

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

No período entre 2000 e 2010, a combinação de redução de -3,9 pontos percentuais (p.p.) da razão do desperdício de residentes como desocupados com o aumento de 3,9 p.p. da razão de residentes inclusos no mercado de trabalho na condição de formalizados com carteira assinada, sugere que o crescimento inclusivo privilegiou a geração de empregos mais estruturados, como o aumento de 3,0% do coeficiente de empregabilidade indica. Com isso, o peso do contingente de trabalhadores que não estava contribuindo para a produção de bens e serviços sobre os ocupados diminuiu, como mostra a queda de -18,0% do coeficiente de dependência. Tal comportamento, no entanto, não foi homogêneo se consideradas as regiões fluminenses, uma vez que o desenvolvimento social desigual evidenciou o descasamento entre dinamismo econômico e benefícios sociais regionais, decorrente da exploração capitalista do território (MEDEIROS JUNIOR, 2014).

Em continuidade, o primeiro período (2010-2014) dos anos 2010 estendeu as melhorias no uso dos recursos humanos disponíveis na população residente aptos a participar do mercado de trabalho reduzindo o desperdício (-1,1 p.p.), mas com leve diminuição da mobilização (-0,7 p.p.), e queda adicional no coeficiente de dependência (-9,9%). Por outro lado, a contração do coeficiente de empregabilidade (-2,6%) foi decorrente da perda de dinamismo econômico a partir de 2011 como efeito do início do círculo vicioso, levando a que a participação de ocupados com carteira assinada na força de trabalho se reduzisse e outras formas de inclusão ocupacional ganhassem proeminência no número de empregados. Assim, o modelo de crescimento inclusivo praticado desde 2004 e seus efeitos defasados no mercado de trabalho levaram a que o (des)envolvimento social tenha se prolongado até as vésperas da recessão econômica iniciada em 2014 e a retomada neoliberal.

No período seguinte (2015-2019), coberto por eventos adversos tais como a recessão econômica de 2014-2016, a entrada em vigor do Teto de gastos em 2016, a Reforma trabalhista de 2017 que criou formas de inserção ocupacional mais precárias para a força de trabalho e benéficas para o empregador, e a ampliação da crise política devido à captura do Estado fluminense, se observou forte deterioração das conquistas sociais obtidas anteriormente. A elevação do número de desempregados e a queda da ocupação causaram o movimento inverso nos indicadores relacionados aos recursos humanos, com aumento do desperdício (+4,6 p.p.) e redução da mobilização (-4,7 p.p.), bem como a combinação de diminuição das ocupações com carteira assinada e crescimento da força de trabalho levou à queda expressiva do coeficiente de empregabilidade (-23,9%). O crescimento da desocupação e a contração da demanda de trabalho decorrente da falta de dinamismo econômico, por seu turno, causou o retorno do coeficiente de dependência ao nível existente no ano 2010 (+11,4%).

Portanto, os resultados apurados em 2019 demonstram quão deletéria foi para o (des)envolvimento social a opção pela retomada neoliberal que caracterizou o segundo período, haja vista a perda de bem-estar e a destruição dos benefícios sociais que foram conquistados desde o início do século XXI, configurando, assim, o que esse exercício investigativo denominou “década perdida”. Para tanto, contribuíram a mudança do modelo de crescimento brasileiro – de inclusivo para vicioso (VERGNHANINI, 2018) – que em termos furtadianos representou a vontade política demonstrada em nível federal por meio da política econômica adotada e das reformas realizadas, tais como:

- I. o Teto de gastos em 2016, que levou à redução do investimento público e ao engessamento do orçamento público para ações sociais, mantendo-se liberado de maneira irrestrita o gasto com o serviço da dívida em benefício do capital financeiro e dos rentistas;
- II. a Reforma trabalhista de 2017 que privilegiou novas formas de demanda de trabalho a custos mais baixos com o aumento da vulnerabilidade do trabalho (MEDEIROS JUNIOR, 2022), e;
- III. a Reforma da previdência de 2019 (Emenda constitucional nº 103) que reduziu o valor dos benefícios devido à mudança da regra de cálculo, aumentou a permanência na vida laboral de quem já estava prestes a se aposentar, impondo em anos e de forma escalonada a possibilidade

de um melhor benefício financeiro (regra de transição) e tratou categorias de forma desigual (militares foram excluídos).

Em acréscimo às reformas mencionadas, o projeto neoliberal que se vale da captura do Estado (DURAND, 2019) aos interesses do mercado, no Rio de Janeiro tem sido determinante para agravar a condição social da população residente devido, em grande medida, à ausência de compromisso político adequado do poder Executivo estadual com planejamento governamental e gestão pública baseados em informações há mais de dez anos (MEDEIROS JUNIOR, 2023), que permitiriam gerar políticas públicas anticíclicas.

3.3 Após o fim da década perdida, a crise sanitária dá início à nova década

A insuficiente e tardia recuperação do crescimento econômico fluminense nos dois últimos anos da década perdida (2018 e 2019) acabou por agravar as condições já precárias do sistema social fluminense na chegada da pandemia no ano de 2020, tornando mais difícil o enfrentamento das adversidades decorrentes da crise sanitária. Uma vez que o RJ se encontrava em piores condições que as demais UF's da Região Sudeste (SE) no começo da nova década (2020), sua evolução debilitada levou a que em 2022 apresentasse maiores danos sociais (SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS..., 2023): a) maior taxa de desocupação (13,3% no RJ contra 9,5% na SE); b) maior taxa composta de subutilização da força de trabalho (20,4% no RJ contra 17,8% na SE), e; c) menor nível de ocupação (52,1% no RJ contra 58,5% na SE), reflexo do baixo dinamismo da atividade econômica.

Tal piora das condições sociais seria esperada em razão do aprofundamento da política econômica de natureza neoclássica praticada pelo governo neoliberal que teve início após o impeachment de 2016, e que a eleição do governo de extrema direita em 2019 não contrapôs, dando apenas continuidade aos objetivos anteriormente perseguidos. Neste tipo de governo o mercado de trabalho não cumpre sua função de distribuidor da renda e garantidor da dignidade humana da força de trabalho, haja vista que, por premissa, os interesses da classe empresarial se sobrepõem aos dos trabalhadores.

Em decorrência, num governo fluminense politicamente alinhado o processo disnômico de (des)envolvimento haveria de ocorrer de maneira negativa e peculiar, como se viu. Como resultado do conjunto de ações anteriormente mencionadas lesivas ao bem-estar das pessoas que dominou o segundo período abordado nesse estudo, comparando-se 2019 (último ano da década perdida e pré-pandemia) a 2022 (SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS..., 2023) observa-se que a passagem pela pandemia da Covid-19 levou a que o rendimento domiciliar per capita médio² se reduzisse em -8,8% no RJ e -7,0% na SE.

O empobrecimento da população fluminense acima da perda média da Região da qual faz parte é, em grande medida, resultado do pior desempenho relativo de seu mercado de trabalho, haja vista que as transferências condicionadas de renda utilizadas para compensar sua perda de dinamismo no período 2019-2021 não foram suficientes para minimizar a queda do rendimento das famílias decorrente dos efeitos da crise sanitária, após a destruição das conquistas sociais e na

² Desconsidera as pessoas do arranjo domiciliar cuja condição era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

inexistência de planejamento governamental. Sem planejamento para a proposição de políticas públicas que revertam a desigualdade estrutural existente, não diminuirão, por exemplo, as mazelas relativas à divisão racial do trabalho.

Neste particular, e considerando-se o mesmo comparativo (2019-2022), uma vez que o rendimento domiciliar per capita médio das pessoas brancas diminuiu mais (-11,8% no RJ e -10,8% na SE) do que o das pessoas pretas ou pardas (-4,5% no RJ e -1,1% na SE), a pandemia levou a que a desigualdade diminuísse. Entretanto, mesmo após a menor redução comparativa observada para os não-brancos, em 2022 o rendimento domiciliar per capita médio das pessoas brancas se mantinha superior ao das pessoas pretas ou pardas em 89,0% no RJ e 75,6% na SE (SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS..., 2023), demonstrando que apesar dos meios de subsistência e reprodução terem se reduzido para todas as pessoas, o privilégio vivido pelas pessoas da raça branca se perpetua no início conturbado de uma nova década no RJ.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse esforço investigativo procurou observar como evoluiu o (des)envolvimento no estado do Rio de Janeiro ao longo da década dos anos 2010, tendo como referência as dimensões econômica e social. Segundo os indicadores utilizados o Rio de Janeiro regrediu a uma condição social pior do que a vivenciada no início do período abordado, caracterizando assim os efeitos decorrentes da década perdida. O processo disnômico alternado, positivo no primeiro período (2010-2014) e negativo no segundo (2015-2019) vivenciado pelo sistema social fluminense, por seu turno, foi fruto das escolhas políticas feitas na escala do Estado-nação (SMITH, 1988) com a mudança do modelo de crescimento e a política econômica adotada, e da crise política (governadores afastados), orçamentária (Regime de Recuperação Fiscal) e na gestão pública (ausência do planejamento governamental) vivenciadas na escala urbana.

O modelo inclusivo que teve início em 2004 conforme Vergnhanini (2018), apesar de não representar uma ruptura definitiva com a política econômica praticada pelos governos anteriores e condizente com a condição dependente-associada do Brasil na divisão internacional do trabalho, baseada no tripé macroeconômico, ao flexibilizá-lo e praticar ações que privilegiassem o emprego, o produto e as classes sociais menos favorecidas, colheu resultados expressivos em razão da capacidade de distribuição de renda do mercado de trabalho. A partir de 2011, com a mudança para o modelo vicioso que retomou as ações neoliberais de outrora, foram implementadas em 2015 medidas de cunho contracionista indiferentes à realidade recessiva em curso desde o ano anterior, que aprofundaram as reduções do produto e do emprego e favoreceram as classes sociais mais elevadas. Tais medidas, em linha com as determinações do RMI e do NCM, se alinharam ao esperado na escala global pelos países de centro com vistas à manutenção da dependência ampliada.

Consideradas as características anteriormente mencionadas, resta evidente que o projeto neoliberal brasileiro do segundo período (2015-2019), que alterou os mecanismos de controle do sistema social (FERNANDES, 2019) que afetaram os meios de sobrevivência e de exercício da dignidade por meio do trabalho, gerou injustiça social (RODRIGUES, 1991) e prejuízo para a grande maioria da população,

ao mesmo tempo em que se propôs privilegiar o mercado (capital) sem constranger sua forma de obtenção de rendas em detrimento da inserção ocupacional mais estruturada (com carteira assinada) e os benefícios sociais que oferece vista no primeiro período (2010-2014). A queda da renda per capita e o retrocesso social foram a distribuição oferecida à população pela acumulação de capital (produção) alcançada no projeto social empresarial capitalista, desprezando a importância que o trabalho possui para a vida humana e que não constroem os responsáveis pelas medidas adotadas, desde que atendam aos interesses aos quais se dedicam a servir.

Em decorrência do desmantelamento dos ganhos sociais, da perda de bem-estar, da redução da renda auferida ao final da vida de trabalho, e do mercado de trabalho mais hostil em vista das medidas executadas pelo projeto neoliberal brasileiro nos anos Temer e de sua continuidade no governo findo em 2022, o sistema social fluminense no pós-pandemia continua em franca deterioração, como demonstrado pelos resultados da Síntese de Indicadores Sociais (2023). Num cenário em que não se pode contar com planejamento governamental apoiado em informações por um governo que o desconsidera (e que foi reeleito) como alternativa ao desequilíbrio decorrente do processo disnômico negativo em curso, com cada vez maior assimetria entre as dimensões econômica (de baixo dinamismo) e social, há risco de a população fluminense colher estagnação ou perda de bem-estar na década dos anos 2020.

Espera-se, ao menos, que um processo disnômico positivo de (des)envolvimento baseado em política econômica que restabeleça o modelo de crescimento inclusivo do início do século XXI, com estímulo ao emprego e ao produto a partir de 2023 pelo governo federal eleito, favoreça a recuperação das perdas sociais e se contraponha à gestão pública fluminense socialmente excludente. Para que a condição econômica que havia sido alcançada no início dos anos 2010 ressurgisse, portanto, a reavaliação de medidas que conferiram maior satisfação aos empresários e representantes do capital pela gestão neoliberal precisa ser considerada em benefício de maior participação de políticas sociais, com aumento das liberdades (SEN, 2020) e menor exploração da força de trabalho (MARINI, 2011).

Tais iniciativas virão confrontar os interesses das classes dominantes e de suas cúmplices de mesma natureza nos países de centro no contexto dependente-associado (CARDOSO e FALETTO, 1981), cujas predileções têm voz entre políticos de direita e extrema direita no Congresso Nacional e que são defendidas por articulistas associados a think tanks e representantes de instituições financeiras (economistas-chefes e/ou analistas de bancos, gestoras de recursos etc.) na mídia impressa e televisiva com viés neoliberal-neoclássico e avessos a pautas progressistas. Só assim o (des)envolvimento para a maioria da população, que ocupa estratos de renda e classes sociais nas quais não se encontram os representantes anteriormente mencionados, será de fato incluyente.

The lost decade of the development of the state of Rio de Janeiro in the 2010s

ABSTRACT

This investigation sought to evaluate how economic and social development evolved in Rio de Janeiro throughout the 2010s, dividing the decade according to periods that covered the preceding moments (2010-2014) and were characterized by the resumption of neoliberal-neoclassical management (2015-2019), aligned with the dependent-associated model of dependence from the periphery to the center chosen in the change in the capitalist arrangement in the last quarter of the last century. Contributing to the results were the growth models adopted in each of the periods that led to changes in the economic policy implemented, in the context of the capture of the State of Rio de Janeiro from the interests of the market and the absence of governmental planning on the part of the Executive, which prevented the generation of compensatory public policies. It was observed that the systemic process of development alternated between positive and negative dysnomic periods, with the benefits obtained in the first period being lost and/or largely surpassed in the second, leading to the end characterizing the decade as lost in social terms, but not in economic terms, due to the positive result of capital accumulation achieved within the scope of the capitalist social business project that privileges the economic dimension and the classes that shelter its political allies.

KEYWORDS: Economic development. Social development. Labour. Neoliberalism. Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; SOUEN, Jacqueline Aslan; CAMPOS, Guilherme Caldas de Souza. Emprego e distribuição de renda. Campinas, SP: Unicamp, maio 2017. (Texto para discussão IE, n. 298).

BAMBIRRA, Vânia. O capitalismo dependente latino-americano. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 maio 2023.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981

CASAGRANDE, Elton Eustaquio; FERNANDES, Ana Cristina; BONOTTO, Ricardo. Desenvolvimento, emprego e região: a troca desigual. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE IBERO-AMERICANA DE INVESTIGAÇÕES SOBRE GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO, 8., 2004, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: [S. n.], 2004.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUNFORD, Michael. Disparities in employment, productivity and output in the E.U.: the roles of labour market governance and welfare regimes. *Regional Studies*, [S. l.], n. 30, 1996. p. 339-357.

DURAND, Francisco. La captura del Estado en América Latina: reflexiones teóricas. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, Fondo Editorial: OXFAM, 2019.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Coleção tópicos).

FERNANDES, Florestan. Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. 3. ed. São Paulo: Rio de Janeiro: Difel/Difusão Editorial, 1979.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 24, n. 4, out./dez. 2004. p. 483-486. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-35172004-1639>.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003

HICKS, Norman; STREETEN, Paul. Indicadores de desenvolvimento: a busca de uma unidade de medida de necessidades básicas. In: CAIDEN, Gerald Elliot; CARAVANTES, Geraldo Ronchetti. *Reconsideração do conceito de desenvolvimento*. Caxias do Sul: EDUCS, 1988. p. 71-95.

LACERDA, Gabriel do Carmo. *Revista Fundação JP: dilemas do desenvolvimento e do planejamento na década de 1970 em Minas Gerais*. *Revista de História Regional*, [S. l.], v. 28, p. 1-36, 2023

LAMPREIA, Luiz Felipe. *Relatório brasileiro sobre desenvolvimento social*. Estudos avançados, São Paulo, v. 9, n. 24, maio-ago. 1995.

LIMONAD, Ester. *Os lugares da urbanização: o caso do interior fluminense*. 247 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

LOBO, Vinicius; ANZE, Viviani; PATEO, Felipe. *Economia política do trabalho na era Lula: uma análise da experiência recente de melhoria nas condições de ocupação da força de trabalho no Brasil*. *Revista da ABET*, [S. l.], v. 18, n. 1, janeiro a junho de 2019.

LUCAS, João Ignacio Pires. *Dependência e desenvolvimento na América Latina depois da reforma do estado. Neomonopolismo e exclusão social*. *Cinta Moebio*, Chile, n. 7, p. 38-48, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MEDEIROS JUNIOR, Helcio de. *Planejamento e gestão pública com ausência de informação no estado do Rio de Janeiro*. *Revista Estudos de Planejamento*, n. 23, p. 30-48, dez. 2024a. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/estudos-planejamento/article/view/4554/4209>. Acesso em: 25 out. 2024.

_____. Entre a saudade e o compromisso com o futuro: o estado do Rio de Janeiro sem planejamento. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 193-213, jul./dez. 2024b. (Dossiê: Rio de História: Heranças e Desafios do Estado Fluminense). DOI: <https://doi.org/10.12957/cdf.2024.87185>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/article/view/87185/52736>. Acesso em: 26 dez. 2024.

_____. O descaso com a informação no estado do Rio de Janeiro. Blog terapia política. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://terapiapolitica.com.br/o-descaso-com-a-informacao-no-estado-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 2 maio 2023.

_____. A vulnerabilidade do trabalho no Rio de Janeiro como resultado da retomada neoliberal e da pandemia. *Revista da ABET*, [S. l.], v. 21, n. 1, janeiro a junho de 2022. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1676-4439.2022v21n1.54914>.

_____. A década perdida do desenvolvimento econômico e social do Rio de Janeiro nos anos 2010. In: SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTADO E SOCIEDADE, 5., 2020, Taubaté, SP. Anais [...]. Taubaté: EdUnitau, 2021. p. 2001-2015. ISBN: 978-65-86914-27-6 (on-line).

_____. A fusão disfuncional e a vulnerabilidade social das regiões fluminenses. ENCONTRO INTERNACIONAL HISTÓRIA & PARCERIAS DA ANPUH, 2., 2019, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: Universidade Veiga de Almeida, 2019a.

_____. (Des)envolvimento social enquanto disnomia de um subsistema politicamente cooptado: a força de trabalho no estado do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 16., 2019, Salvador. Anais [...]. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2019b.

_____. Trabalho e desenvolvimento regional: concentração e dispersão espacial na Bahia e Rio de Janeiro. 2018. 241 f. Relatório (Pós-doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador-Unifacs, Salvador, 2019c. DOI: <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.34159.28329>.

_____. Desenvolvimento econômico, social e vulnerabilidade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: IPEA. Territórios em números: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de municípios e Unidades da Federação brasileira. Livro 1. Brasília: IPEA: INCT, 2017. p. 203-218.

_____. Mudanças regionais e a dimensão social do desenvolvimento fluminense nos anos de 2000 e 2010. In: SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTADO E SOCIEDADE, 2., 2014, Campina Grande. Anais [...] – GT 6 – Dados eletrônicos. Campina Grande: UEPB, 2014. p. 216-227. ISSN 2358-4408.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho. Reestruturação produtiva: território e poder no estado do rio de janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PEREIRA, Luiz. Trabalho e desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.

PODER360. 6 governadores do Rio foram afastados ou presos nos últimos 4 anos. PODER360, [S. l.], 28 ago. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/6-governadores-do-rio-foram-afastados-ou-presos-nos-ultimos-4-anos>. Acesso em: 28 mar. 2023.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. O índice do desenvolvimento social. Conjuntura econômica, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, 1991.

SANCHEZ, Eramis Bueno. Población y desarrollo: enfoques alternativos de los estudios de poblacion. Ciudad de la Habana: Cedeiii/Universidad de la Habana, 1994.

SANTOS, Elinaldo Leal; BRAGA, Vitor; SANTOS, Reginaldo Souza; BRAGA, Alexandra Maria da Silva. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. Desenvolvimento Regional em debate-DRd, Canoinhas, SC, Ano 2, n. 1, jul. 2012.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2023. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2023. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296, n. 53).

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250 p.

SZMRECSÁNYI, Tamás; SOUZA, Guaraci A. Alves de. População, força de trabalho e emprego. In: SANTOS, Jair L. Ferreira; LEVY, Maria Stella Ferreira; SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. p. 289-298.

VERGNHANINI, Rodrigo. Do crescimento inclusivo ao círculo vicioso: a experiência brasileira recente (2004-2015) a partir de uma abordagem integrada do desenvolvimento. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

Recebido: 21 jul. 2025.

Aprovado: 28 ago. 2025.

DOI: 10.3895/rbpd.v14n3.18185

Como citar: JUNIOR, H. M. A década perdida do desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro nos anos 2010. **R. Bras. Planej. Desenv.** Curitiba, v. 14, n. 03, p. 669-691, set./dez. 2025. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Helcio de Medeiros Junior

R. Gago Coutinho, 52 - Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

